



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 919/XIII/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO QUE SEJA EFETUADA UMA AUDITORIA ÀS CAPACIDADES FORMATIVAS EXISTENTES NAS VÁRIAS UNIDADES DE SAÚDE DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

O Serviço Nacional de Saúde necessita de ser reforçado, de forma a garantir mais e melhores cuidados de saúde a todas as pessoas. É necessário mais investimento para melhorar o edificado, renovar equipamentos e aumentar os meios disponíveis, mas acima de tudo são necessários mais profissionais.

A falta de profissionais de saúde leva a demora no atendimento, cria listas de espera para consultas e cirurgias e torna o acesso mais difícil ao utente e a qualidade do atendimento do SNS deteriora-se.

Não podemos ignorar que o Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas referente ao ano de 2015 (o último disponível) apontava, por exemplo, para um tempo médio de espera por consulta superior a 115 dias, sendo que 26% de todas as consultas realizadas durante esse ano foram feitas fora dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG).

Se analisarmos estes tempos de espera por especialidades percebemos que existem algumas onde o acesso por parte do utente se torna particularmente complicado. No caso de pneumologia e ORL, mais de 30% das consultadas foram realizadas fora dos TMRG; no caso de oftalmologia e dermatologia a situação é bem mais dramática com quase metade (50%) das consultas a serem feitas fora dos tempos recomendados.

No caso da cirurgia programada, o mesmo relatório mostra que o tempo médio de espera até à cirurgia aumentou em 2014 e 2015, existindo mais de 12% de utentes inscritos para cirurgia que são intervencionados depois de ultrapassado o tempo recomendado de espera (os TMRG).

Estas listas de espera – que refletem a dificuldade de acesso dos utentes a determinados cuidados de saúde – resultam da falta de profissionais no SNS, nomeadamente médicos.

Também não podemos esquecer que no final de 2016 continuavam a existir mais de 769 mil utentes sem médico de família em Portugal.

Perante estes números e perante a evidente necessidade de mais médicos no SNS não se consegue perceber como é que desde 2015 se impede a formação de centenas de novos médicos especialistas em Portugal. São profissionais que fazem muita falta ao país, mas que têm sido impedidos de aceder à formação especializada depois de acabar a sua licenciatura. O resultado é que estes médicos se tornam indiferenciados (sem especialidade) e o país desperdiça recursos que são muito necessários para melhorar a qualidade do nosso Serviço Nacional de Saúde e o acesso dos utentes a cuidados de saúde.

Uma das componentes deste problema é a aparente limitação de vagas para a formação especializada, atualmente insuficientes para poder formar todos estes profissionais. A cada ano que passa surgem indícios de que poderiam ter sido abertas mais vagas. A sua abertura faria com que mais profissionais fossem formados e, em resultado disso, que existissem mais médicos especialistas no Serviço Nacional de Saúde, o que contribuiria para reduzir os tempos e as listas de espera.

No ano de 2015, e pela primeira vez, houve médicos que não conseguiram vaga para a formação especializada. De facto, nesse ano foram disponibilizadas 1569 vagas para formação especializada, mas havia mais candidatos, o que fez com que 114 médicos ficassem de fora. Nesse ano, e mais uma vez, houve relatos de serviços que diziam ter uma capacidade formativa superior à que lhe foi atribuída; ou seja, poderiam receber mais internos para formação, mas essas vagas acabaram por não ser disponibilizadas, começando assim um processo de desperdício de recursos essenciais ao SNS: médicos que são formados nas universidades portuguesas, que são absolutamente essenciais nos nossos hospitais, mas aos quais não é permitido o acesso à especialização.

Perante esta situação, o Bloco de Esquerda apresentou uma iniciativa legislativa - discutida em plenário no dia 5 de fevereiro de 2016 e aprovada, apesar de ter tido os votos contra do PSD e do CDS – onde se recomendava ao Governo que 1) criasse medidas excepcionais e emergentes para assegurar as vagas que permitam o acesso e início do internato médico aos 114 médicos que ficaram sem vaga no último concurso; 2) desencadeasse os processos tidos por convenientes para, em coordenação com a Ordem dos Médicos e a ACSS, assegurar o alargamento das idoneidades formativas e a subsequente abertura do número de vagas para os próximos concursos; 3) garantisse vagas para acesso ao internato médico a todos os que terminem a sua formação pré-graduada em medicina.

Não se conhece a concretização de nenhuma destas medidas. Continua a ser necessária uma solução para os 114 internos que em 2015 ficaram privados da sua formação de especialidades e que correm o risco de serem despedidos no final do presente mês; não se conhecem medidas orientadas para a recuperação e alargamento de idoneidades e capacidade formativa nas instituições do SNS e, por último, continua sem se garantir o acesso a especialidade médica a todos os médicos licenciados, o que representa um enorme desperdício de recursos do país.

A 25 de maio de 2016 o Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, anunciou, em sede de comissão parlamentar de saúde, a realização de uma “avaliação independente e externa” ao processo utilizado pela Ordem dos Médicos para identificar os serviços com idoneidade formativa para formação especializada de novos médicos, processo que se relaciona diretamente com o número de vagas disponíveis anualmente. De acordo com declarações de Adalberto Campos Fernandes na Comissão Parlamentar de Saúde, esta avaliação serviria também “para que não haja sombra de dúvidas sobre a atribuição de vagas e a capacidade real do país.”

Mais uma vez, não se tem conhecimento de tal avaliação ter avançado, muito menos de qualquer resultado que tenha produzido.

Em 2016 mais 158 médicos ficaram sem acesso à formação necessária para se tornarem especialistas e no corrente ano, 2017, existem 1758 vagas para um número potencial de 2466 jovens médicos. Quer isto dizer que pelo terceiro ano consecutivo existirão médicos a serem impedidos de aceder à sua especialização.

Esta é uma situação inaceitável: não se compreende que num país que tanto carece de médicos especialistas possa haver recém-formados que não conseguem fazer a formação específica.

Foi a especialização médica que permitiu que Portugal atingisse os indicadores de saúde que nos orgulham e que fez com que o nosso Serviço Nacional de Saúde se tornasse um dos melhores do mundo. No entanto, hoje em dia existem cada vez mais médicos indiferenciados (ou seja, sem formação especializada) a desempenhar funções somente reconhecidas a especialistas, desde serviços de urgências até à realização de consultas de medicina geral e familiar. Este não é o SNS que ambicionamos.

Por isso, o Bloco de Esquerda reitera a sua posição: é necessário formar mais médicos especialistas, garantindo para isso que os recém-licenciados têm acesso a sua formação especializada. Consideramos que para tal é fundamental aumentar o número de vagas para formação e incrementar as idoneidades formativas existentes no SNS.

Todos os anos, por altura da identificação das capacidades formativas, assiste-se ao mesmo debate: há vozes que se levantam referindo que há mais capacidades formativas do que aquelas que são identificadas e outras que referem que não há mais capacidade formativa. O certo é que, no meio deste debate, há médicos a ficarem sem acesso a formação especializada, situação que não é desejável para ninguém.

Do mesmo modo, a concentração de capacidades formativas no litoral, em particular nos grandes centros urbanos, defrauda a tentativa de colocação de médicos no interior carenciado. De facto, cerca de 80% das capacidades formativas abertas este ano estão localizadas no litoral centro e norte do país, em particular na Grande Lisboa, Porto e Coimbra, sendo as restantes 20% distribuídas pelo Interior, Alentejo, Algarve e Ilhas.

É necessário encarar este problema de frente e para tal, o Bloco de Esquerda propõe que seja efetuada uma auditoria externa e independente ao processo de identificação de idoneidades e capacidades formativas, de modo a garantir que todas as vagas possíveis são efetivamente disponibilizadas.

Não é possível cruzar os braços e assistir passivamente ao crescente número de médicos que não consegue fazer a sua formação especializada. Não há qualquer interesse em ter médicos sem especialidade, a menos que se pretenda criar uma bolsa de recrutáveis de

baixo custo para urgências hospitalares ou serviços de saúde privados, estratégia que não é proveitosa para ninguém, a não ser para as empresas que lucram com a colocação de médicos à jorna no SNS.

A existência de médicos sem formação específica em nada beneficia a qualidade do SNS e será mais um passo para a destruturação das carreiras médicas, que já tão fustigadas têm sido nos últimos anos. O Bloco de Esquerda considera que a bem do SNS, dos utentes, da qualidade dos serviços de saúde disponibilizados à população é essencial assegurar que todos os médicos têm formação especializada.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que seja efetuada uma auditoria externa e independente às idoneidades e reais capacidades formativas existentes em todas as unidades do Serviço Nacional de Saúde.

Assembleia da República, 09 de junho de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,